



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638381 - SP (2021/0000709-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : VICTOR ARAUJO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : RENAN BUZZETTO - SP409374
VICTOR ARAUJO DA SILVA - SP439533
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : G C DA S L (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G. C. da S. L. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2249917-72.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos artigos 215-A do Código Penal e 28, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado, nos termos do art. 312 do CPP, mormente porque seus predicados pessoais permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Alega que não foi demonstrado, de maneira concreta, de que forma, em liberdade, o paciente poderia causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade ao paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme previsto no art. 319 do CPP, ou pela concessão do benefício do pagamento de fiança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente